



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679744 - RS (2021/0217197-9)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : ASSOCIACAO DOS DEFICIENTES FISICOS DE PELOTAS
ADVOGADO : ANDERSON ROQUE PAZ DIAS - RS105419
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CLICEU GERALDO RECKZIEGEL (PRESO)
CORRÉU : MAYCON JOSE CREMONESE
CORRÉU : ADRIEL MOISES LANGE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLICEU GERALDO RECKZIEGEL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 0117461-85.2020.8.21.7000).

O paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 9 anos e 5 meses de reclusão em regime inicial fechado, pela prática dos delitos descritos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, ocasião em que foi mantida a segregação cautelar, para a garantia da ordem pública.

O *habeas corpus* impetrado pela defesa no Tribunal de origem teve a ordem denegada.

O impetrante sustenta que as condições pessoais do paciente lhe seriam favoráveis e que ele estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado na inidoneidade dos fundamentos do decreto preventivo.

Alega que o condenado estaria inserido no grupo de risco definido pela Resolução CNJ n. 62/2020 (hipertenso, deficiente físico) e, além disso, seria genitor de menor de idade, o que autorizaria a substituição da segregação cautelar por prisão domiciliar, nos termos do art. 318-A do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a imposição de medidas cautelares outras, previstas no art. 319 do estatuto processual penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No que tange aos riscos decorrentes da covid-19 e a existência de filhos menores, verifica-se que as matérias não foram sequer examinadas pelo colegiado estadual no *writ* originariamente impetrado, ficando esta Corte Superior impedida de analisar os temas sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente